CARTOGRAFIE SOCIALI
Rivista di sociologia e scienze umane
Anno XI, n. 21, 2026

Direzione scientifica
Lucio d'Alessandro e Antonello Petrillo

Direttore responsabile
Arturo Lando

Redazione
Elena Cennini, Anna D'Ascenzio, Fabrizio Greco

Staff di supporto alla Redazione
Giuseppina Della Sala, Federica Graziano, Luca Manunza, Andrea Postiglione

Staff di supporto alla Redazione per le attività di internazionalizzazione
Lucio Castracani, Laura Giovinazzi

Coordinamento redazionale
Stefania Ferraro (Università degli Studi Suor Orsola Benincasa – Napoli)

Comitato di redazione
Manuel Anselmi (Unitelma Sapienza), Marco Armiero (KTH Royal Institute of Technology, Stockholm),Tugba Basaran (Kent University), Davide Caselli (Università Milano-Bicocca), Valentina Castellini (Università di Toronto), Alberto De Nicola (Alma Mater Studiorum Università di Bologna), Nick Dines (Robert Schuman Centre – European University Institute), Stefania Ferraro (Università degli Studi Suor Orsola Benincasa – Napoli), Marcello Maneri (Università di Milano Bicocca), Alessandro Mazzola (University of Liège), Michelangelo Pascali (Università degli Studi Federico II – Napoli), Domenico Perrotta (Università di Bergamo),Valeria Piro (Università degli Studi di Milano), Ciro Pizzo (Università degli Studi Suor Orsola Benincasa – Napoli), Pietro Saitta (Università di Messina), Luigi Sica (Università degli Studi Suor Orsola Benincasa – Napoli), Anna Simone (Università Roma Tre)

Comitato scientifico
Maurizio Bergamaschi (Alma Mater Studiorum Università di Bologna), Emiliano Bevilacqua (Università del Salento), Fabienne Brion (Université Catholique de Louvain-la-Neuve), Sandro Busso (Università degli Studi di Torino), Alessandro Dal Lago (già professore presso Università di Genova), Davide De Sanctis (Università degli Studi Federico II – Napoli), Vincent Dubois (Université de Strasbourg), Didier Fassin (Institute for Advanced Study School of Social Science, Princeton), Domenico Fruncillo (Università degli Studi di Salerno), Fernando Gil Villa (Universidad de Salamanca), Akhil Gupta (University of California), Michalis Lianos (Université de Rouen), Marco Martiniello (University of Liège), Giulio Moini (Sapienza Università di Roma), Carlotta Mozzana (Università Milano-Bicocca), Laurent Mucchielli (CNRS – Centre national de la recherche scientifique), Fabio Quassoli (Università di Milano Bicocca), Salvatore Palidda (già professore presso Università di Genova), Michel Peraldi (CADIS – Centre d'analyse et d'intervention sociologiques), Andrea Rea (Université libre de Bruxelles), Giuseppe Ricotta (Sapienza Università di Roma), Francesca Vianello (Università degli Studi di Padova)

"Cartografie sociali" is a peer reviewed journal

IL TRUMPISMO COME NUOVO MODELLO DI GOVERNO

Tra neoliberalismo e neofascismo

A cura di
Davide Borrelli, Christian Laval e Nilton Ken Ota

MIMESIS

SUOR ORSOLA
UNIVERSITY PRESS

Pubblicazione semestrale: abbonamento annuale (due numeri): € 45,00

Per gli ordini e gli abbonamenti rivolgersi a:
ordini@mimesisedizioni.it
L'acquisto avviene per bonifico intestato a:
MIM Edizioni Srl, Piazza Don Enrico Mapelli, 75
20099 – Sesto San Giovanni (MI)
Unicredit Banca – Milano
IBAN: IT 59 B 02008 01634 000101289368
BIC/SWIFT: UNCRITM1234

Cartografie sociali è una rivista promossa da URiT, Unità di Ricerca sulle Topografie sociali.

Direzione e Redazione della rivista hanno sede
presso l'Università degli Studi Suor Orsola Benincasa
Via Suor Orsola 10 – 80132 Napoli (Italy)
www.unisob.na.it
cartografiesociali@unisob.na.it
cartografiesociali.rivista@gmail.com

UNIVERSITÀ DEGLI STUDI
SUOR ORSOLA
BENINCASA
FACOLTÀ DI
SCIENZE
DELLA FORMAZIONE



MIMESIS EDIZIONI (Milano – Udine)
www.mimesisedizioni.it
mimesis@mimesisedizioni.it

Isbn (Print): 9791222334xxx
Isbn (Online): 9791222334xxx
Issn: 2499-7641

This is an open access journal distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License (CC BY-4.0).

© 2026 – MIM EDIZIONI SRL
Piazza Don Enrico Mapelli, 75
20099 Sesto San Giovanni (MI)
Phone: +39 02 24861657 / 21100089

Registrazione Tribunale di Napoli n. 37 del 5 luglio 2012

INDICE

Editoriale: Trumpismo e sovranità algoritmica
di Davide Borrelli, Christian Laval, Nilton Ken Ota 7

Le moment fasciste aux États-Unis: Les faits
di Fabrizio Tonello 21

Trumpism, big tech and the construction of contemporary fascism
The instrumentalization of individuals into digital soldiers
di Silvana Cristina Da Silva, *Márcio Cataia* 41

Il paleolibertarismo come fonte del trumpismo
L'autorità sociale nel libero mercato
di *Fulvia Giachetti* 61

The politics of hierarchy
Project 2025, trumpism and neoliberalism's afterlife
di Matilde Ciolli 81

Governare con le immagini
Trumpismo, cosplay politico, biopolitica dello spettacolo
e storytelling
di Giulia Crippa 107

Trumpismo
Attualità della critica del fascismo molecolare in Deleuze
e Guattari
di Roberto Ciccarelli 137

Surveillance and internal warfare in brazilian neoliberal politics
di Rômulo Ballestê Marques Dos Santos 169

Entre colonialismo e neoliberalismo
Táticas de dominacão no Brasil e na Palestina
di Dafne Melo, Jana Koosah, Priscilla Santos De Souza 195

Riprendersi lo stato per garantire diritti sociali
e tornare al progresso
di Sergio Marotta 219

DAVIDE BORRELLI, CHRISTIAN LAVAL E NILTON KEN OTA

EDITORIAL: TRUMPISMO E SOBERANIA ALGORÍTMICA[1]

> Chamarei de "grotesco" o fato, para um discurso ou para um indivíduo, de deter por estatuto efeitos de poder de que sua qualidade intrínseca deveria privá-los [...]. O terror ubuesco, a soberania grotesca ou, em termos mais austeros, a maximização dos efeitos do poder a partir da desqualificação de quem os produz: isso, creio eu, não é um acidente na história do poder, não é uma falha mecânica [...]. [O grotesco serve para] manifestar da forma mais patente a incontornabilidade, a inevitabilidade do poder, que pode precisamente funcionar com todo o seu rigor e na ponta extrema da sua racionalidade violenta, mesmo quando está nas mãos de alguém efetivamente desqualificado.
>
> M. Foucault, *Os anormais. Curso no College de France (1974-1975),* São Paulo, Martins Fontes, 2001, pp. 15-17.

1. *Introdução*

O trumpismo ultrapassa a pessoa do presidente Donald Trump, que se poderia julgar, em muitos aspectos, grotesco, ignorante, sociopata (e por que não delirante?), uma personalidade para se examinar talvez com a sensibilidade e a imaginação da estética surrealista (Klein 2026). Sem dúvida, é muito cedo para emitir um julgamento sobre o regime político e as instituições que poderiam resultar da prática trumpista do poder, caso essa se mantenha no tempo. Haverá, talvez, uma verdadeira e própria mudança de regime nos Estados Unidos? No momento, ninguém pode dizer. De todo modo, é certo que com Trump nós estamos assistindo a uma mudança no modo de governar, que não é nem improvisada nem caprichosa.

Em que consiste essa nova governamentalidade? Este é precisamente o tema do nosso

[1] Tradução do italiano: Stela Da Dalt.

Dossiê, que concebemos de modo essencialmente interrogativo. A resposta, de fato, não é simples, sobretudo porque nos falta o distanciamento histórico necessário. Além disso, para dificultar ainda mais a resposta, a mudança de governamentalidade não diz respeito apenas aos Estados Unidos: trata-se de um fenômeno mundial, sustentado por uma onda reacionária que atinge numerosas regiões do mundo, incluindo a Europa. Todavia, as ciências sociais não podem se abster do necessário esforço de diagnosticar o nosso presente. Se as hipóteses que já podemos formular viessem a se revelar parciais, ou mesmo erradas, teriam ao menos o mérito de não ter recusado refletir sobre aquilo que acontece sob os nossos olhos.

A questão que colocamos é saber se esse modo de governo hiperconcentrado ao redor de uma "personalidade autoritária" responde a uma estratégia e qual seria a sua natureza. Já se manifestam algumas tendências que permitem ver mais claramente a natureza do modelo de governo de Trump. Este, se concentrou na ideia de uma ruptura na política externa estadunidense, e não de forma aleatória. Parece que o nacionalismo econômico, aplicado brutalmente por meio do aumento arbitrário das tarifas alfandegárias, estava dando as costas à construção da ordem econômica construída depois da Segunda Guerra Mundial. De forma geral, são muitos os que interpretaram a destruição sistemática do multilateralismo e do direito internacional como passagem para um novo momento histórico.

A isso se soma uma outra tendência mais ampla e, ao mesmo tempo, complementar: o questionamento das liberdades individuais e coletivas por meio de leis e práticas governamentais cada vez mais coercitivas. Não é apenas o direito internacional que está sendo negado, mas talvez o Estado de direito ou mesmo uma componente intrinsecamente ligada àquilo que consideramos uma "democracia liberal".

2. *Crise da democracia e neoliberalismo*

É preciso dizer que a experiência trumpista não representa simplesmente uma exceção estadunidense, mas sim um caso emblemático do modo como a erosão das democracias avançadas se manifesta hoje em diversas partes do mundo, cedendo o passo progressivamente a formas chamadas de «democratura», «autoritarismo competitivo»

(Levitsky, Way 2020) ou «anocracia» (Marshall, Elzinga-Marshall 2017). Vale dizer que regimes nos quais os líderes continuam a ser formalmente escolhidos por meio de eleições, mas onde as condições que efetivam a competição democrática (por exemplo, a independência das instituições de controle, o pluralismo das informações e a tutela das liberdades civis) resultam gradualmente enfraquecidos ou sem substância. A trajetória empreendida pelos Estados Unidos sob a presidência de Trump se inscreve, de fato, em uma tendência mais ampla, como confirmam os principais índices internacionais a respeito do estado da democracia. O *Democracy Index*[2], elaborado pelo *Economist Intelligence Unit*, registrou em 2024 a menor pontuação desde sua instituição em 2006: com uma média de aproximadamente 5,17 — o que coloca o dado mundial geral na categoria de «regime híbrido». O índice indica que apenas 25 países, aproximadamente 6,6% da população mundial, podem, hoje, serem definidos como «democracias plenas». França, Estados Unidos, Israel, Bélgica e Itália figuram atualmente entre as «democracias imperfeitas». Evidências análogas emergem também do último relatório do *V-Dem Institute*[3] da Universidade de Gotemburgo, segundo o qual em 2024 mais de 45 países mostraram sinais de des-democratização, contra os 12 de vinte anos atrás. É particularmente significativa a regressão da liberdade de expressão, assinalada como um dos aspectos mais atingidos pelo processo de retração democrática. O relatório anual 2024 da *Freedom House*[4] também considera que em torno de 62 países tiveram uma piora súbita em matéria de direitos políticos e liberdades civis contra os 37 que registraram melhorias.

Na base dessas evidências, concluiu-se rápido demais que o neoliberalismo, que moldou as políticas ocidentais desde os anos sessenta, já teria sido superado. Mais do que falar de neoliberalismo, para alguns, seria mais oportuno agora falar de capitalismo autoritário, illiberalismo, nacional-populismo, «política fascista» (Stanley 2018) e de muitos outros termos possíveis. O fato é que a análise não pode se contentar com constatações simplistas como a de um suposto «golpe mortal ao neoliberalismo» (cf.

---

[2] https://www.eiu.com/n/campaigns/democracy-index-2024/.

[3] https://www.v-dem.net/news/press-release-restrictions-to-freedom-of-expression-as-democracy-loses-ground/.

[4] https://freedomhouse.org/country/scores.

Jamieson 2025). Este último não deve ser confundido nem com os ideais do liberalismo político, nem com os preceitos do livre mercado caros aos teóricos do liberalismo econômico dos séculos XVIII e XIX. E isso por uma razão fundamental: em suas múltiplas versões, o neoliberalismo abandonou amplamente a fé ingênua em uma ordem natural.

O mercado, seja na sua constituição, seja em sua manutenção, é uma questão de «intervencionismo governamental», segundo a expressão de Michel Foucault (2005). Mais precisamente, trata-se de um projeto político que visa transformar a sociedade, reorganizando-a segundo o princípio geral da concorrência, o que implica a transformação do próprio Estado de modo que se torne o instrumento de luta contra todos os obstáculos que poderiam entravá-lo.

A lógica estratégica do neoliberalismo não consistiu apenas em construir mercados, mas também em remodelar as instituições segundo as mesmas formas da empresa capitalista. Além disso, o neoliberalismo está longe de representar um abandono puro e simples do princípio de soberania — o que é incompatível com as exigências de proteção do capitalismo contra inimigos a combater e neutralizar. O neoliberalismo buscou antes combinar, de modo muito mais profundo, preciso, eficaz e sobretudo autoritário, a lógica propriamente estatal do domínio sobre a população com o domínio do capital sobre a sociedade.

Neste sentido, o trumpismo parece menos com o fim do neoliberalismo do que com uma das suas variantes e evoluções possíveis. Como essa mutação foi possível? De que maneira as doutrinas e as práticas do neoliberalismo já continham, em forma embrionária, os traços distintivos da modalidade de governo trumpista? E esses traços têm, eles mesmos, relação com o fascismo histórico? Constituem, talvez, uma forma de neofascismo original, como por exemplo o «fascismo liberal» teorizado por Žižek (2025)? Todas essas questões fundamentais, ao mesmo tempo genealógicas e políticas, são amplamente tratadas nos artigos que compõem o Dossiê que realizamos.

Uma vez compreendido que o neoliberalismo não abandonou o princípio de soberania, mas constitui, antes, uma forma particular dele, convém se perguntar se o trumpismo não seria, por sua vez, uma nova variante da soberania. Mais precisamente, cabe indagar se não inaugura aquilo que se poderia considerar como uma verdadeira e própria “soberania

algorítmica", ou seja, uma forma de regime capaz de conjugar o hipercapitalismo digital mais desenfreado e desigualitário com a concentração iliberal do poder, que evoca cenários do socialismo real.

3. *Uma nova versão da soberania*

Para apreender a novidade, é preciso considerar um aspecto fundamental da lógica normativa neoliberal. Se o Estado deve ser o arquiteto e o guardião dos mercados, ele mesmo precisa adotar a forma da empresa; tal cenário depende de um pressuposto fundamental segundo o qual, em uma economia capitalista e de mercado, o soberano é privado de um atributo clássico de poder, a saber, o conhecimento. De fato, a doutrina neoliberal se funda, essencialmente, em uma teoria do conhecimento, como Hayek (1988) e depois Mises bem evidenciaram.

O modo de governo neoliberal tem a particularidade de confiar ao mercado a tarefa de regular grande parte da vida da população, garantindo, de seu lado — inclusive com meios eventualmente brutais — o bom funcionamento dos dispositivos de tal regulação de mercado, visto que o conhecimento não pode ser totalizado em um órgão central. Esta teoria não é assim tão nova, como mostrou Foucault.

Como é sabido, na verdade, foi o próprio Foucault quem forneceu uma genealogia da virada neoliberal que consagrou o mercado como lugar de veridição da política. A sua reconstrução supervaloriza, talvez, a capacidade do mercado de determinar a superação da razão de estado e a dissolução da soberania absoluta. Do ponto de vista histórico, não se pode dizer que o mercado tenha de fato banido o poder soberano; basta pensar na união fatal entre os *Chicago Boys* de Milton Friedman e o regime de Pinochet (cf. Moini 2020). Para os fins do nosso argumento nos interessa, todavia, seguir o raciocínio que levou o estudioso francês a estabelecer essa linha tendencial:

> Ao soberano jurídico, ao soberano detentor de direitos e fundador do direito positivo a partir do direito natural dos indivíduos, o homo oeconomicus é alguém que pode dizer: tu não deves, não porque eu tenha direitos e tu não tens o direito de tocar neles; e isto é o que diz o homem de direito, o que diz o homo juridicus ao soberano: tenho direitos, confiei alguns a ti, tu não deves

tocar nos outros, ou: confiei-te meus direitos para este ou aquele fim. 0 homo oeconomicus não diz isso. Ele diz também ao soberano, é verdade: tu não deves; mas diz ao soberano: tu não deves, por quê? Tu não deves porque não podes. E tu não podes no sentido de que "tu és impotente". E por que tu és impotente, por que tu não podes? Tu não podes porque tu não sabes e tu não sabes porque tu não podes saber. (Foucault 2008, p. 384)[5].

A transformação da razão de estado não se deveria, então, a uma interdição político-moral, ou mesmo a um limite jurídico que a ela é imposto por uma instância normativa externa (aquilo que em alemão se exprime com o verbo *dürfen*, "poder" no sentido de "ter a permissão de fazer alguma coisa"). Derivaria antes de um limite intrínseco à própria razão de estado — de ordem epistêmica —, ou seja, do deficit prestacional derivado da sua incapacidade de conhecer a complexa trama dos interesses, das preferências e das relações humanas (o *können* alemão, que é "poder" enquanto "capacidade de fazer alguma coisa"). Enquanto dispositivo de revelação da informação dispersa, o mercado se afirma como lugar de veridição precisamente onde, e precisamente porque, falha o soberano absoluto. Na ausência de um decisor consciente — e isso é evidentemente o pressuposto —, melhor confiar nos automatismos espontâneos do mercado.

No neoliberalismo analisado por Foucault, a concorrência de mercado se justifica como dispositivo de regulação da sociedade, pois o Estado não sabe o suficiente para poder governá-la — uma condição que se pensava estrutural de qualquer instância de poder centralizado, mas que hoje o capitalismo de dados promete, de forma certa ou errada, remediar. Na medida em que o não poder do soberano não deriva de uma proibição, mas de uma incapacidade informativa e cognitiva, uma vez que se pudesse remediar tal inadequação — ou, melhor, acredita poder fazê-lo —, o governo dos homens poderia voltar a se concentrar em um único órgão monopolista de saber e poder. Essa é a narrativa que legitima a promessa de disruption[6] que se vislumbra na convergência de interesses dentro do bloco de poder entre algumas *Big Techs* do Vale do Silício e Donald

[5] N. T.: trecho extraído da edição brasileira: Foucault, M. *Nascimento da biopolítica*. Editora Martins Fontes: São Paulo, 2008. Tradução de Eduardo Brandão.

[6] N. T.: O termo *disruption* foi mantido em inglês, conforme o original italiano, preservando a escolha dos autores. Seu equivalente em português seria "disrupção" ou "ruptura tecnológica".

Trump. *Big data*[7] e inteligência artificial agora pretendem resolver pela via algorítmica não apenas o problema do cálculo econômico, mas também o problema do sistema social em sua complexidade, por meio de tecnologias capilares de controle preditivo, as mesmas que hoje são largamente empregadas pelos Estados Unidos para a caça e deportação de imigrantes clandestinos nas políticas securitárias contra o inimigo interno, ou para os bombardeamentos "cirúrgicos" nas guerras contra o inimigo externo. Potencializado por sofisticadas infraestruturas de *data analytics*[8] e de *intelligence*[9] digital, o soberano volta a se sentir onipotente e, assim, absoluto. Não surpreende que justamente esta imagem da soberania emerja explicitamente na autorrepresentação de Donald Trump. Em uma entrevista publicada pelo *New York Times*, em 8 de janeiro de 2026, afirmou: «Não preciso do direito internacional. Os meus poderes são limitados apenas pela minha moral pessoal, pela minha mente. É a única coisa que pode me parar». Isso não significa que a governamentalidade algorítmica conduza necessariamente a uma simples recentralização do poder. As infraestruturas digitais sobre as quais ela se funda são frequentemente controladas por atores privados dotados de uma autonomia estratégica própria, e são capazes — pelo menos em princípio — de subtrair-se às diretivas do poder político. É o caso, por exemplo, da empresa Anthropic que, coerentemente com os princípios consagrados na sua *AI safety charter*,[10] se recusou a remover os vínculos que impedem o uso do sistema para vigilância doméstica de massa ou para o desenvolvimento de armas autônomas letais, e que, por isso, foi acusada por Trump de ser um receptáculo de «desequilibrados de esquerda», vendo-se adicionalmente revogados todos os contratos com o Pentágono por representar um *supply-chain risk*,[11] ou seja, um risco para a cadeia de abastecimento militar. Essa contenda assinala como as tecnologias de inteligência artificial também podem, em princípio, contribuir para multiplicar os centros de decisão e contestar as dinâmicas de centralização da soberania. A soberania algorítmica se

[7] N. T.: Equivalente em português: "megadados" ou "grandes volumes de dados".
[8] N. T.: Equivalente em português: "análise de dados".
[9] N. T.: Equivalente em português: "inteligência", no sentido de serviços de informação e espionagem.
[10] N. T.: Equivalente em português: "carta de segurança de IA" ou "carta de princípios de segurança em inteligência artificial". Trata-se do documento público da Anthropic que estabelece os princípios éticos e de segurança que orientam o desenvolvimento de seus sistemas de inteligência artificial.
[11] N. T.: Equivalente em português: "risco para a cadeia de abastecimento/fornecimento".

configura, portanto, como um espaço estruturalmente ambivalente em que dinâmicas de centralização e processos de fragmentação do poder tendem a coexistir.

Nesse contexto, convém fazer um ajuste de contas com um personagem como Peter Thiel, «a alma negra do Vale do Silício», como definido por Luca Ciarrocca, autor da primeira monografia em língua italiana dedicada a ele (2026). Thiel desempenha um papel estratégico de primeiro plano no processo de centralização do poder estatal de que falamos. O fundador de startups como PayPal e Palantir Technologies é uma figura emblemática da relação entre neoliberalismo e trumpismo que queremos questionar com esse número monográfico. Da mesma forma, é emblemático, de uma parte, em relação ao tema da soberania das infraestruturas computacionais, conforme a perspectiva de Benjamin Bratton (2015), e, de outra, dos desenvolvimentos do capitalismo da vigilância (Zuboff 2019) e do capitalismo da fragmentação (Slobodian 2023). Nessa perspectiva, a democracia não é mais considerada necessária e a própria concorrência — outrora o núcleo fundacional propriamente dito da visão neoliberal — é destinada a se tornar apenas uma coisa para perdedores, como teorizado pelo próprio Thiel em um célebre artigo publicado no *Wall Street Journal* (Thiel, 2014). Em sua opinião, a concorrência tende, no limite, a corroer as margens de lucro das empresas que dela participam. Somente um monopólio edificado em uma ideia verdadeiramente singular e disruptiva pode conduzir a um sucesso real.

É uma visão que não se refere apenas à economia política da inovação, mas se origina de um diagnóstico histórico-filosófico mais amplo da modernidade ocidental, delineado por Thiel em seu ensaio *The Straussian Moment* (2007). Como bom discípulo de René Girard, Thiel interpreta o ataque das Torres Gêmeas como a manifestação de uma nova fase de violência mimética em escala global. Para ele, aquele atentado representou um divisor de águas epocal, não apenas pela falência das políticas de segurança que deveriam tê-lo prevenido, mas também porque teria tornado evidente a obsolescência da própria sociedade neoliberal. O choque pós-traumático provocado pelo terrorismo islâmico e pelo conflito de civilizações teria finalmente induzido os ocidentais a olharem para o mundo com novos olhos, e a despertarem «daquele longo e profícuo período de torpor intelectual e amnésia que é chamado de forma tão enganosa de Iluminismo» (Thiel 2007, p. 198, tradução livre) que, na realidade, teria sido um período de obscuridade no qual as grandes

questões do sentido do humano e das «coisas escondidas desde a fundação do mundo» foram inopinadamente colocadas de lado em nome da aspiração ao bem-estar e ao sucesso econômico. A análise que Thiel faz do liberalismo de inspiração lockeana, presente na base da cultura política estadunidense, ecoa aquela evocada anteriormente por Foucault sobre as razões que minaram as prerrogativas do soberano absoluto em vantagem dos mecanismos impessoais do mercado. Em ambos os casos, o liberalismo nasce do pressuposto epistêmico da impossibilidade de conhecer a totalidade da natureza e das questões humanas e, portanto, de governá-las conscientemente. Como escrever Thiel:

Esta consciência da ignorância fornece o terreno baixo, mas sólido, sobre o qual a Fundação americana se estabelece. O 'X' humano pode ter certos desejos e preferências, mas ninguém se encontra em uma posição autorizada a partir da qual possa contestar esses desejos. E assim, de modo um tanto paradoxal, a incognoscibilidade do 'X' conduz ao liberalismo clássico e à afirmação muito forte dos diferentes direitos que pertencem a esse incognoscível 'X': a liberdade de religião, pois jamais podemos saber o que as pessoas pensam verdadeiramente no templo de suas mentes; a liberdade de expressão, pois não podemos refutar de modo irrefutável a maneira como as pessoas se expressam; o direito à propriedade e ao comércio, pois não podemos antecipar o que as pessoas farão com as coisas que possuem (Thiel 2007, p. 196, tradução livre)[12].

É justamente para se opor a tal pressuposto agnóstico sobre a possibilidade de conhecer a natureza humana — que Thiel considera intrínseco ao liberalismo —, que ele faz valer o "momento straussiano". Serve-se disso, ou seja, para marcar uma virada em relação aos princípios relativistas e niilistas sobre os quais, a seu ver, se funda o livre mercado. Leo Strauss, filósofo caro aos ambientes neoconservadores americanos, torna-se decisivo para ele na medida em que afirma que existe uma verdade a respeito da natureza humana, e crê que «essa verdade possa, em linha de princípio, ser cognoscível» (2025, p. 39). Não

[12] N. T.: No original: «This awareness of ignorance provides the low but solid ground on which the American Founding takes place. The human 'X' may have certain wants and preferences, but nobody is in an authoritative position from which to challenge those desires. And so, in a somewhat paradoxal manner, the unknowability of 'X' leads to classic liberalism and the very strong assertion of the different rights that belong to that unknowable 'X': the freedom of religion, for we cannot ever know what people are truly thinking in the temple of their minds; the freedom of speech, for we cannot irrefutably criticize the way people express themselves; the right to property and commerce, for we cannot second-guess what people will do with the things they possess». Thiel, Peter. *The Straussian Moment*. *In*: Hamerton-Kelly, Robert (org.). *Politics and Apocalypse*. East Lansing: Michigan State University Press, 2007. p. 196.

é por acaso que é o mesmo princípio sobre o qual o cofundador e diretor-executivo da Palantir, Alexander Karp, funda e legitima o projeto de uma «república tecnológica» (Karp, Zamiska 2025), criticando a tendência do Vale do Silício a condescender com as necessidades cotidianas mais fúteis dos consumidores, em vez de se empenhar em satisfazer os interesses de segurança e as 'verdadeiras' prerrogativas de potência do Estado:

> O difuso agnosticismo da época contemporânea, a relutância em formular um julgamento substancial sobre os valores culturais ou sobre a sua ausência com o fim de evitar todo possível dissenso, deixou campo livre ao mercado. A deriva do mundo da tecnologia em direção às exigências dos consumidores refletiu e, ao mesmo tempo, reforçou uma espécie de evasão tecnológica (Karp, Zamiska 2025, p. 239, tradução livre).[13]

A Palantir, a encarnação mais elaborada do projeto econômico de Thiel e Karp, representa evidentemente a solução tecnológica desse programa de filosofia política. O próprio nome dado à empresa é particularmente emblemático: Thiel o tomou emprestado das homônimas «pedras videntes» — as indestrutíveis esferas de cristal nascidas da imaginação de Tolkien, capazes de se comunicar telepaticamente e de espionar lugares distantes. Mais do que uma plataforma tecnológica capaz de cruzar fluxos de dados heterogêneos e encontrar conexões ocultas, a Palantir hoje se propõe como uma verdadeira infraestrutura governamental e «aleatúrgica» (cf. Foucault 2014, pp. 18-19). Se na versão histórica do neoliberalismo, cuja genealogia foi examinada por Foucault, o mercado funcionava como lugar de veridição em virtude da dispersão do saber entre uma multiplicidade de atores, hoje os sistemas de análise agregada de dados, como os desenvolvidos pela Palantir prometem, ao contrário, reconduzir aquele conhecimento disperso a um único centro de cálculo e decisão. É sabido que a ideia de um sistema de intelligence[14] automática ocorreu a Thiel após lamentar o fracasso dos serviços secretos

---

[13] N. T.: Tradução livre do italiano: "Il diffuso agnosticismo dell'epoca contemporanea, la riluttanza a formulare un giudizio sostanziale sui valori culturali o sulla loro assenza al fine di evitare ogni possibile dissenso, ha lasciato campo libero al mercato. La deriva del mondo della tecnologia verso le esigenze dei consumatori ha riflesso e al contempo rinforzato una sorta di evasione tecnologica (Karp, Zamiska 2025, p. 239).

[14] N. T.: Equivalente em português: "inteligência", no sentido de serviços de informação e espionagem.

em analisar os dados que teriam permitido prever e frustrar o atentado de 11 de setembro. As informações estavam todas disponíveis — desde os vistos de entrada emitidos a cidadãos sauditas suspeitos de radicalização, às transferências financeiras suspeitas e os cursos de pilotagem com alunos desinteressados na fase de aterrissagem —, mas se encontravam dispersas em diferentes bancos de dados governamentais. Não é por acaso que os primeiros fundos externos para viabilizar a Palantir vieram da CIA, por meio do seu braço financeiro In-Q-Tel. Eis como Luca Ciarrocca sintetiza o funcionamento dos motores na base da Palantir: «recolhem fluxos desordenados — registros, sensores, vídeos, metadados — e os fazem dialogar em tempo real; assim a massa se transforma em mapas, prioridades, ações. Trata-se de um 'dispositivo de poder', uma máquina que dá a quem a usa a vantagem estratégica de poder ver mais longe e se mover antes» (2026, p. 107, tradução livre).

A ambição de Thiel era, portanto, radical: graças ao sistema que havia idealizado, a verdade do mundo não seria mais opaca e inacessível por estar distribuída nas imprevisíveis interações de uma multiplicidade de fatos e pessoas díspares, mas estaria finalmente concentrada em um único ponto de agregação e controle de saber e poder. O neosoberano e a sua corte digital voltariam a dispor daquilo que o soberano absoluto jamais pôde ter de fato: um conhecimento praticamente total da realidade. O fato de poder acessar a realidade (no sentido do *können*) elimina todo impedimento a poder exercer, de forma incontestada, o seu domínio (no sentido de *dürfen*). Nesse sentido, pode-se considerar que o trumpismo constitui uma mutação estratégica, na qual a lógica do mercado, originariamente concebida para distribuir conhecimento e poder, é reorientada por meio de instrumentos tecnológicos e algorítmicos em uma nova arquitetura de soberania.

4. *Um governo de guerra total*

O trumpismo, como modo de governo específico, estende o projeto neoliberal de submeter toda a sociedade à lógica dos interesses privados, empregando meios cada vez mais brutais. Nesse caso, por "sociedade", deve-se entender o conjunto do mundo que está ao alcance de sua potência econômica, financeira, militar e ideológica. Para sermos

ainda mais precisos, este modo de governo mobiliza todos os instrumentos à sua disposição para conduzir uma guerra tanto interna quanto externa.

Se essas práticas podem ser definidas como "neofascistas", é porque entram em uma lógica de «guerra civil» (Dardot, Guéguen, Laval, Sauvêtre 2023). Nos Estados Unidos, a violência da milícia do ICE (*Immigration and Customs Enforcement*)[15] contra os migrantes, os procedimentos judiciais ou as ameaças contra os opositores políticos fazem parte dessa construção de inimigos a serem esmagados, assim como a guerra de destruição conduzida junto a Israel contra o Irã ou as guerras alfandegárias contra todos os outros países.

O trumpismo não visa à consolidação de um consenso, de um status quo ou de uma hegemonia; não busca apenas conservar uma ordem existente, mas aponta para a vitória sobre inimigos a serem aterrorizados e aniquilados. Para fazê-lo, deve apoderar-se de todas as alavancas do poder, transformar as instituições e colocá-las a serviço de uma mobilização total. O exercício do poder corresponde a uma fase de «totalização do Estado», no sentido de Carl Schmitt (2007). Para este último, o verdadeiro Estado total é aquele guiado por um soberano que tem a vontade e os meios para mobilizar e utilizar cada instrumento — inclusive a força — para impor as próprias decisões, sobretudo em uma situação excepcional. É isso que encontramos na ideologia do "executivo unitário", consubstancial ao trumpismo com a multiplicação das *executive orders*.[16] Tal executivo deve ser forte o suficiente para domesticar o poder legislativo, instrumentalizar o judiciário e, ao mesmo tempo, mobilizar o que há de mais potente nos campos da técnica e da economia. A «mobilização total» da Técnica (Jünger 1985) se desenvolve sob os nossos olhos com a sujeição das plataformas digitais, das criptomoedas, da mídia e da inteligência artificial, que são, simultaneamente, instrumentos de acumulação da riqueza e meios de vigilância e de domínio da sociedade. Nessa nova configuração do poder, as grandes empresas capitalistas se tornaram instrumentos-chave da guerra total, em troca de uma desregulamentação sem limites. Se, coerentemente com a perspectiva neoliberal, o Estado deve ser governado como uma empresa por um chefe onipotente, as grandes

[15] N. T.: Serviço de Imigração e Fiscalização Aduaneira dos EUA, agência federal responsável pelo controle de fronteiras e deportação.
[16] N. T.: Equivalente em português: "decretos presidenciais" ou "ordens executivas".

empresas — a começar pelas da *Big Tech* — integram-se, a exemplo da Palantir, no vasto dispositivo de guerra total próprio da soberania algorítmica (seja guerra simétrica contra o Irã ou guerra assimétrica contra os Palestinos).

5. *A estrutura do dossiê: dos fatos às interpretações*

O presente número de *Cartografie sociali* é fruto de uma colaboração científica internacional entre estudiosos italianos, brasileiros e franceses. É organizado segundo uma sequência que prevê, no início, dois artigos dedicados, respectivamente, à reconstrução dos fatos específicos e do contexto tecnológico em que se formou a soberania algorítmica do trumpismo. O primeiro artigo, assinado por Fabrizio Tonello, analisa o segundo mandato de Donald Trump como um possível «momento fascista» nos Estados Unidos, distinguindo — na esteira de Jason Stanley — entre política fascista e verdadeiro regime fascista. O autor evidencia, em particular, alguns traços autoritários do regime trumpiano: repressão à imigração, limitação da liberdade de imprensa, perseguição de opositores, concentração do poder executivo e aliança com oligarcas tecnológicos como Elon Musk. No plano internacional, é evidente como Trump rompe com a ordem liberal do pós-guerra, adotando políticas expansionistas e reduzindo o papel dos aliados europeus. Todavia, tribunais, sociedade civil e mobilizações populares continuam a obstruir algumas medidas da administração. A questão central que permanece é se as instituições democráticas estadunidenses conseguirão impedir uma guinada oligárquica e autoritária.

Em seu artigo, Silvana Cristina da Silva e Marcio Antonio Cataia sustentam que o trumpismo representa uma nova forma de fascismo digital, nascido da aliança entre o Estado americano e as *Big Techs*. Por meio de leis como o *CLOUD Act* e o controle de infraestruturas digitais, as grandes plataformas recolhem dados e modelam comportamentos, transformando os usuários em verdadeiros «soldados digitais». Algoritmos, redes sociais e desinformação alimentam medo, ódio e inimigos artificiais, enquanto o neoliberalismo promove indivíduos competitivos e isolados. A soberania não depende mais apenas do território, mas do controle dos dados e das infraestruturas cognitivas. Para defender a democracia — sustentam os autores — são necessárias

autonomia digital e «armamento cognitivo» dos cidadãos.

Seguem-se outros dois artigos que analisam as fontes ideológicas e culturais do fenômeno Trump. O ensaio de Fulvia Giachetti identifica no paleolibertarianismo uma das mais profundas raízes ideológicas do trumpismo, fazendo a reconstituição da sua genealogia. Nascido da união entre anarco-capitalismo e paleoconservadorismo, o movimento defende o livre mercado absoluto, a hostilidade contra a democracia social e a salvaguarda de hierarquias culturais tradicionais. Pensadores como Rothbard e Hoppe criticam o Estado democrático, por eles considerado opressivo, e promovem sociedades fundadas na propriedade privada, em comunidades homogêneas e na autoridade social. Estas ideias influenciam hoje a direita tech estadunidense, de Peter Thiel a Curtis Yarvin. O ensaio conclui que o trumpismo não rompe com o neoliberalismo, mas representa sua radicalização autoritária, etnonacionalista e tecnorreacionária.

Em seu artigo, Matilde Ciolli analisa continuidades e rupturas entre neoliberalismo e trumpismo por meio do *Project 2025*, o plano da *Heritage Foundation* para institucionalizar a ideologia *MAGA*. Confrontando as propostas do projeto sobre família, welfare,[17] imigração, educação e poder presidencial, com o pensamento de teóricos neoliberais como Milton Friedman, Gary Becker e George Gilder, o texto mostra como o neoliberalismo estadunidense teve no centro uma concepção hierárquica da sociedade. Família patriarcal, desigualdades raciais e disciplina do trabalho eram justificadas como condições necessárias ao funcionamento do mercado. *O Project 2025* não fez mais do que radicalizar essa herança, combinando cortes no welfare, desregulamentação e ataque às políticas igualitárias com nacionalismo cristão, repressão à imigração e concentração autoritária do poder executivo.

Os dois artigos seguintes dão corpo a uma leitura interpretativa do trumpismo nas chaves mediológica e filosófica, respectivamente. O ensaio de Giulia Crippa interpreta o trumpismo como forma acabada da «sociedade do espetáculo» de Guy Debord e da crítica mediológica de Neil Postman: a política se transforma em performance, a história em *storytelling* e a argumentação em emoção. Nessa perspectiva, o *cosplay* político, a espetacularização do corpo do líder e a desinformação não são anomalias, mas

[17] N. T.: Equivalente em português: “bem-estar social” ou “estado de bem-estar social”.

dispositivos estruturais de governo. O confronto com Bolsonaro, Milei, Orbán e Berlusconi revela uma dimensão transnacional do modelo, em que a fraqueza é culpa estética e o sucesso, a única divindade.

O ensaio de Roberto Ciccarelli aplica, por sua vez, ao trumpismo o conceito deleuziano-guattariano de «fascismo molecular»: não um regime ditatorial, mas um processo difuso que atravessa instituições democráticas, relações sociais e subjetividades, alimentado pelo desejo mesmo das massas. O trumpismo é definido como «forma excepcional do Estado capitalista», um populismo autoritário de mercado que congrega fascismos moleculares individualistas, religiosos, sexistas e raciais, sem necessariamente desembocar em ditadura. A sua novidade em relação ao fascismo histórico reside no fato de passar mais pelo Capital do que pelo Estado, produzindo subjetividades racistas e patriarcais como capital humano. Contra esse processo, Félix Guattari propôs práticas de «desagregação» e «rizomatização» da subjetividade como antídoto molecular.

Fecham o número outros dois artigos que propõem uma interpretação do "trumpismo globalizado", ou seja, uma leitura de como o modelo de Trump foi transplantado e aplicado, mutatis mutandis, nos contextos brasileiro e palestino. O ensaio de Rômulo Ballestê Marques dos Santos parte da constatação de que a vigilância digital de massa se tornou um instrumento central da política neoliberal contemporânea. Por meio da coleta de enormes quantidades de dados pessoais por agências de inteligência e grandes plataformas tecnológicas, constroem-se perfis psicossociais capazes de orientar comportamentos políticos e eleitorais. As revelações de Edward Snowden mostram como programas de vigilância monitoraram cidadãos e líderes estrangeiros, incluindo a ex-presidente brasileira Dilma Rousseff. Tais técnicas teriam favorecido a difusão de desinformação pelo *WhatsApp* e o *microtargeting*[18] eleitoral, contribuindo para a vitória de Jair Bolsonaro em 2018. Segundo o autor, o uso de *Big Data*, perfilação psicométrica e campanhas personalizadas reforça tendências neoliberais, populistas e antidemocráticas, colocando em risco a qualidade da democracia e transformando os cidadãos em objetos de monitoramento e manipulação política.

Por fim, o artigo de Dafne Melo, Jana Koosah e Priscilla Santos De Souza confronta

[18] N. T.: Equivalente em português: "microdirecionamento" ou "segmentação de público-alvo em microescala".

as realidades do Brasil e da Palestina por meio do conceito de «colonialismo de assentamento», evidenciando como ambos os contextos são atravessados por lógicas de controle territorial e de eliminação de grupos considerados ameaças internas. As autoras sustentam que o neoliberalismo contemporâneo, cada vez mais autoritário, se funda na produção de inimigos racializados para justificar a militarização, a repressão e a suspensão dos direitos. Na Palestina, isso se manifesta na ocupação israelense, no apartheid e nas práticas genocidas contra a população palestina. No Brasil, por sua vez, a "guerra às drogas" é interpretada como instrumento de controle social e territorial, sobretudo direcionada contra populações negras e pobres. Para além das diferenças históricas, os dois casos apresentam mecanismos semelhantes, que vão da construção do inimigo interno, pelo uso permanente da segurança como princípio de governo, até a militarização da vida cotidiana e a gestão desigual da vida e da morte. Segundo as autoras, tais dinâmicas revelam a continuidade entre colonialismo, neoliberalismo e novas formas de autoritarismo global.

Referências bibliográficas

Bratton, H. B. 2015, *The Stack. On Software and Sovereignty*, Cambridge, London, The MIT press.

Ciarrocca L., 2026, *L'anima nera della Silicon Valley. La vera storia di Peter Thiel*, Milano, Fuori scena.

Dardot P., Guéguen H., Laval C., Sauvêtre P., 2023, *La scelta della guerra civile. Un'altra storia del neoliberalismo*, Milano, Meltemi (ed. or. 2021).

Foucault M., 2005, *Nascita della biopolitica. Corso al* Collège de France *(1978-1979)*, Milano, Feltrinelli (ed. or. 2004).

Id., 2014, *Del governo dei viventi. Corso al* Collège de France *(1979-1980)*, Milano, Feltrinelli (ed. or. 2012).

Hayek von F., 1988, *L'uso della conoscenza nella società*, in Id., *Conoscenza, mercato, pianificazione. Saggi di economia e di epistemologia*, a cura di F. Donzelli e A. Cimino, Bologna, il Mulino (ed. or. 1945).

Jamieson D., 2025, *Trump's Protectionist Turn Is a Death Blow for Neoliberalism*, in «Jacobin», April, 03; disponibile al link https://jacobin.com/2025/04/trump-protectionism-neoliberalism-trade-globalism.

Jünger, E., 1985, *La mobilitazione totale*, Bologna, il Mulino (ed. or. 1930).

Karp A., Zamiska N., 2025, *La repubblica tecnologica. Come l'alleanza con la Silicon Valley plasmerà il futuro dell'Occidente*, Milano, Silvio Belusconi, Milano (ed. or. 2025).

Klein N., 2026, *Surrealismo contro fascismo*, in «Internazionale», n. 1651, 6 febbraio, pp. 88-98.

Levitsky S., Way L., 2020, *The New Competitive Authoritarianism*, in «Journal of Democracy», vol. 31, n. 1, pp. 51-65.

Marshall M., Elzinga-Marshall G., 2017, *Global Report 2017. Conflict, Governance, and State Fragility*, Vienna, VA USA, Center for Systemic Peace; disponibile al link https://www.systemicpeace.org/vlibrary/GlobalReport2017.pdf.

Mises L., 2016, *L'azione umana. Trattato di economia*, Soveria Mannelli, Rubbettino (ed. or. 1949).

Moini G., 2020, *Neoliberismo*, Milano, Mondadori Education.

Schmitt C., 2007, *La svolta verso lo Stato totale*, in Id., *Posizioni e concetti in lotta con Weimar-Ginevra-Versailles, 1923-1939*, a cura di A. Caracciolo, Milano, Giuffré, pp. 237-255 (ed. or. 1931).

Slobodian Q., 2023, *Il capitalismo della frammentazione. Gli integralisti del mercato e il sogno di un mondo senza democrazia*, Torino, Einaudi (ed. or. 2023).

Stanley J., 2018, *How Fascism Works. The Politics of Us and Them*, New York, Random House.

Thiel P., 2014a, Zero to One. Notes on Startups, or How to Build the Future, New York, Crown Currency.

Id., 2014b, *Competition Is for Losers*, in *The Wall Street Journal*, September, 12; disponibile al link https://www.wsj.com/articles/peter-thiel-competition-is-for-losers-1410535536.

Id., 2025, *Il momento straussiano*, a cura di A. Venanzoni, Macerata, Liberilibri (ed. or. 2007).

Žižek S., 2025, *Trump e il fascismo liberale*, a cura di L. Berna, Ponte alle Grazie, Milano.

Zuboff S., 2019, Il capitalismo della sorveglianza. Il futuro dell'umanità nell'era dei nuovi poteri, Roma, Luiss University Press (ed. or. 2019).